

# Sugar Express Transportes S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de março de 2025**

# Conteúdo

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b> | <b>3</b>  |
| <b>Balanços patrimoniais</b>  | <b>6</b>  |
| <b>Demonstrações de resultados</b>  | <b>7</b>  |
| <b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>                                  | <b>8</b>  |
| <b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>                         | <b>9</b>  |
| <b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>  | <b>10</b> |
| <b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>                          | <b>11</b> |



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores da  
Sugar Express Transportes S.A.  
São Paulo – São Paulo**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sugar Express Transportes S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sugar Express Transportes S.A. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 30 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Priscila Moscardini Soares Diniz  
Contador CRC 1SP289386/O-0

## Sugar Express Transportes S.A.

### Balanços patrimoniais em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

| Ativos   | Nota | 2025                        | 2024                        | Passivos                                     | Nota | 2025                        | 2024                        |
|--|------|-----------------------------|-----------------------------|--|------|-----------------------------|-----------------------------|
| <b>Ativo circulante</b>                            |      |                             |                             | <b>Passivo circulante</b>                    |      |                             |                             |
| Caixa e equivalentes de caixa                      | 6    | 8.440                       | 8.263                       | Fornecedores                                 |      | 2                           | 2                           |
| Aplicações financeiras                             | 7    | 833                         | -                           | Impostos e contribuições a recolher          |      | 150                         | 471                         |
| Contas a receber de clientes                       | 8    | 635                         | 3.282                       | Dividendos a pagar                           | 13   | 339                         | 630                         |
| Outras contas a receber                            |      | <u>93</u>                   | <u>11</u>                   | Outras contas a pagar                        | 11   | <u>282</u>                  | <u>1.290</u>                |
| <b>Total do ativo circulante</b>                   |      | <b><u>10.001</u></b>        | <b><u>11.556</u></b>        | <b>Total do passivo circulante</b>           |      | <b><u>773</u></b>           | <b><u>2.393</u></b>         |
| <b>Ativo não circulante</b>                        |      |                             |                             | <b>Patrimônio líquido</b>                    |      |                             |                             |
| Contas a receber de clientes                       | 8    | 1.205                       | -                           | Capital social                               |      | 7.650                       | 7.650                       |
| Ativo fiscal diferido                              | 10   | 1.389                       | 1.606                       | Reserva legal                                |      | 300                         | 228                         |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | 9    | <u>266</u>                  | <u>230</u>                  | Retenção de lucros                           |      | <u>4.138</u>                | <u>3.121</u>                |
| <b>Total do ativo não circulante</b>               |      | <b><u>2.860</u></b>         | <b><u>1.836</u></b>         | <b>Total do patrimônio líquido</b>           | 14   | <b><u>12.088</u></b>        | <b><u>10.999</u></b>        |
| <b>Total do ativo</b>                              |      | <b><u><u>12.861</u></u></b> | <b><u><u>13.392</u></u></b> | <b>Total do passivo</b>                      |      | <b><u>773</u></b>           | <b><u>2.393</u></b>         |
|  |      |                             |                             | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> |      | <b><u><u>12.861</u></u></b> | <b><u><u>13.392</u></u></b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Sugar Express Transportes S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

|   | Nota | 2025                | 2024                |
|---|------|---------------------|---------------------|
| Receitas líquidas   | 15   | 9.187               | 15.635              |
| Custo dos serviços prestados  | 16   | <u>(7.749)</u>      | <u>(12.634)</u>     |
| <b>Lucro bruto</b>  |      | <u>1.438</u>        | <u>3.001</u>        |
| Despesas de vendas  |      | 1                   | -                   |
| Despesas administrativas  |      | (120)               | (87)                |
| Outras receitas   | 17   | -                   | 297                 |
| Outras despesas   |      | <u>(40)</u>         | <u>(56)</u>         |
| <b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas</b> |      | <u>1.279</u>        | <u>3.155</u>        |
| Receitas financeiras  | 18   | 853                 | 824                 |
| Despesas financeiras  | 18   | <u>(6)</u>          | <u>(1)</u>          |
| <b>Resultado financeiro líquido</b>                                 |      | <u>847</u>          | <u>823</u>          |
| <b>Resultado antes dos impostos</b>                                 |      | <u>2.126</u>        | <u>3.978</u>        |
| Imposto de renda e contribuição social corrente                     | 19   | (482)               | (898)               |
| Imposto de renda e contribuição social diferido                     | 19   | <u>(217)</u>        | <u>(432)</u>        |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                                   |      | <u><u>1.427</u></u> | <u><u>2.648</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Sugar Express Transportes S.A.

### Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

|                                   | <b>2025</b>         | <b>2024</b>         |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|
| Lucro líquido do exercício        | <u>1.427</u>        | <u>2.648</u>        |
| <b>Resultado abrangente total</b> | <b><u>1.427</u></b> | <b><u>2.648</u></b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Sugar Express Transportes S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

|   | Capital social      | Reserva legal     | Retenção de Lucros  | Lucros (prejuízos) acumulados | Total                |
|---|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------------------|----------------------|
| <b>Em 2023</b>  | <b><u>7.650</u></b> | <b><u>97</u></b>  | <b><u>1.234</u></b> | <b><u>-</u></b>               | <b><u>8.981</u></b>  |
| Lucro do exercício  | -                   | -                 | -                   | 2.648                         | 2.648                |
| Destinação do lucro:  |                     |                   |                     |                               |                      |
| Reserva legal   | -                   | 131               | -                   | (131)                         | -                    |
| Dividendos mínimos obrigatórios   | -                   | -                 | -                   | (630)                         | (630)                |
| Proposta de destinação para reserva de lucros - a ser aprovada pela AGO | -                   | -                 | 1.887               | (1.887)                       | -                    |
| <b>Em 2024</b>  | <b><u>7.650</u></b> | <b><u>228</u></b> | <b><u>3.121</u></b> | <b><u>-</u></b>               | <b><u>10.999</u></b> |
| Lucro do exercício  | -                   | -                 | -                   | 1.427                         | 1.427                |
| Destinação do lucro:  |                     |                   |                     |                               |                      |
| Reserva legal   | -                   | 72                | -                   | (72)                          | -                    |
| Dividendos mínimos obrigatórios   | -                   | -                 | -                   | (339)                         | (339)                |
| Proposta de destinação para reserva de lucros - a ser aprovada pela AGO | -                   | -                 | 1.017               | (1.017)                       | -                    |
| <b>Em 2025</b>  | <b><u>7.650</u></b> | <b><u>300</u></b> | <b><u>4.138</u></b> | <b><u>-</u></b>               | <b><u>12.088</u></b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Sugar Express Transportes S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

|   | Nota   | 2025         | 2024         |
|---|--------|--------------|--------------|
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>                     |        |              |              |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                                     |        | 1.427        | 2.648        |
| Ajustado por:   |        |              |              |
| Impostos diferidos  | 10     | 217          | 432          |
| Perdas estimadas  | 12.2.1 | (1)          | (107)        |
| <b>Variações nos ativos e passivos</b>                                |        |              |              |
| Contas a receber de clientes  | 8      | 1.443        | (552)        |
| Impostos e contribuições a recuperar                                  | 9      | (36)         | 15           |
| Outras contas a receber   |        | (82)         | 81           |
| Impostos e contribuições a recolher                                   |        | 67           | 977          |
| Outras contas a pagar   | 11     | (1.007)      | 19           |
| <b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>                     |        | <b>2.028</b> | <b>3.513</b> |
| Imposto de renda e contribuição social pagos                          |        | (388)        | (757)        |
| <b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b> |        | <b>1.640</b> | <b>2.756</b> |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>                 |        |              |              |
| Aplicações financeiras  | 7      | (833)        | -            |
| <b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos</b>       |        | <b>(833)</b> | <b>-</b>     |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>                 |        |              |              |
| Dividendos pagos  | 13     | (630)        | (40)         |
| <b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>        |        | <b>(630)</b> | <b>(40)</b>  |
| <b>Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>             |        | <b>177</b>   | <b>2.717</b> |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de abril                          |        | 8.263        | 5.546        |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março</b>                   |        | <b>8.440</b> | <b>8.263</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Sugar Express Transportes S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede social na cidade de Ribeirão Preto e possui as seguintes atividades preponderantes em seu objeto social: transportadora rodoviária de cargas secas e líquidas de produtos perigosos, em todo o território nacional, mediante caminhões próprios e/ou de terceiros; atuação como operadora de transporte multimodal e recebimento, entrega, desembarque e movimentação de cargas e de mercadorias em geral.

### 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, são evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicada.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes com maior nível de complexidade estão divulgados na nota 4. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 3.2.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 30 de maio de 2025.

#### 2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos estão expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.2 Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, e os valores justos são classificados hierarquicamente, conforme técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto os ‘preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Para ambos os exercícios social não houve avaliações a valor justo realizadas pela Companhia que se enquadram no Nível 3 definido pelo CPC 46 (item 93.g.).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando aplicáveis os valores justos, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros.

### **3 Informações de políticas contábeis materiais**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas aplicando as políticas contábeis materiais de maneira consistente.

#### **3.1 Mudanças nas políticas contábeis materiais**

As revisões de normas emitidas, até a divulgação das demonstrações financeiras da Companhia, estão apresentadas a seguir. A Companhia avaliou essas alterações e não identificou impacto decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

- I. **Alterações ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com covenants.** A Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas de *covenants*.
- II. Alterações ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos: passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (*sale and leaseback*)
- III. Alterações ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1)/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação: Divulgação sobre acordos de financiamentos de fornecedores
- IV. Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis: ausência de permutabilidade

#### **3.2 Políticas contábeis materiais**

A Companhia têm aplicado as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto quando mencionado de outra forma.

##### **3.2.1 Receita operacional**

###### **Serviços de transporte rodoviário**

A receita de serviço é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

**Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas**

As receitas de serviços decorrem do transporte rodoviário de açúcar mediante subcontratação de terceiros, sendo determinada mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de frete contratado.

**Política de reconhecimento da receita**

Quando a conclusão de uma transação que envolva a prestação de serviços puder ser estimada com confiabilidade, a receita associada à transação deve ser reconhecida tomando por base o estágio de execução da transação ao término do período de reporte.

**3.2.2 Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

**3.2.3 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Além disso, pode-se efetuar a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro real ou prejuízo fiscal do exercício, bem como qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, às supramencionadas.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(iii) Exposições fiscais**

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, com base em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, levando a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação das provisões existentes e, conseqüentemente, impactar a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

**3.2.4 Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação, que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou a valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo por meio do resultado (VJR) do investimento em outros resultados abrangentes (VJORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento de um ativo financeiro**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

**(iv) Desreconhecimento de um passivo financeiro**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual expira, é liquidada ou cancelada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### 3.2.5 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

### 3.2.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia revisa a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável, e sempre que houver evidência objetiva de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que possam ser estimados de uma maneira confiável.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, a base dos clientes por rating conforme análise da área de crédito, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica “Despesas de Vendas” como perdas de créditos estimadas em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, o valor recuperável é alocado para a UGC, ou grupo de UGCs, à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou sua UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas nas sobras e perdas do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC, ou grupo de UGCs, em uma base *pro rata*.

### 3.2.7 Caixa e equivalentes de caixa

O equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido como caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio do resultado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não excedam o valor de mercado ou de realização.

### 3.2.8 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender investimentos ou outros fins, sendo estes títulos considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa.

No que se trata de mensuração, as aplicações são registradas pelo valor justo por meio do resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

### 3.2.9 Contas e receber de clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidos na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de provisão para perdas de crédito esperadas (PECLD).

A Administração realiza avaliação e, caso seja necessário constitui provisão para perdas de crédito esperadas, a qual é constituída com base em análise individual das contas a receber em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na sua realização.

### 3.2.10 Dividendos a pagar

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício ajustado na forma da Lei.

### 3.2.11 Outras contas a pagar

As outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. A Companhia reconhece suas outras contas a pagar no passivo circulante, em razão do pagamento ser devido em até um ano, ao valor da fatura correspondente.

### 3.2.12 Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados consistem em todos os gastos decorrentes da subcontratação de fretes.

Estes gastos são reconhecidos por meio do regime de competência.

## 4 Uso de estimativas e julgamentos relevantes

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir:

- (i) Análise anual do valor recuperável dos tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais (Nota Explicativa nº 10)

## 5 Novas normas, revisões e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025 (1º de abril de 2025 no caso da Companhia). A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

### 5.1 IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in the Financial Statements* em substituição IAS 1 – *Presentation of Financial Statements* correspondente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis

IFRS 18 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (1º de abril de 2027 no caso da Companhia). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- i. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará;
- ii. As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras;
- iii. Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia está em processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perda, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas. A Cooperativa e suas controladas também estão avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

## 5.2 Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- i. Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- ii. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

|                         | <b>2025</b>         | <b>2024</b>         |
|-------------------------|---------------------|---------------------|
| Banco - conta movimento | 500                 | 90                  |
| Aplicações financeiras  | <u>7.940</u>        | <u>8.173</u>        |
| <b>Total</b>            | <b><u>8.440</u></b> | <b><u>8.263</u></b> |

As aplicações financeiras são representadas por títulos de renda fixa, em CDB, remunerados substancialmente a 99,8% da variação do CDI-CETIP (Certificado de Depósito Interbancário), possuindo liquidez diária e possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda no rendimento (98% da variação do CDI-CETIP em 31 de março de 2024).

## 7 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são representadas por títulos de renda fixa, em CDB, remunerados substancialmente a 99,8% da variação do CDI-CETIP (Certificado de Depósito Interbancário), com prazo de 1 ano.

**8 Contas a receber de clientes**

|                       | <b>2025</b>         | <b>2024</b>         |
|-----------------------|---------------------|---------------------|
| Mercado interno       | 1.869               | 3.312               |
| Perdas estimadas      | <u>(29)</u>         | <u>(30)</u>         |
| <b>Total</b>          | <b><u>1.840</u></b> | <b><u>3.282</u></b> |
| <b>Circulante</b>     | <b><u>635</u></b>   | <b><u>3.282</u></b> |
| <b>Não circulante</b> | <b><u>1.205</u></b> | <b><u>-</u></b>     |

A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, é divulgada na Nota Explicativa nº 12.

**9 Impostos de renda e contribuição social a recuperar**

|                                      | <b>2025</b>       | <b>2024</b>       |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Imposto de renda                     | 228               | 192               |
| Contribuição social                  | <u>38</u>         | <u>38</u>         |
| <b>Total do ativo não circulante</b> | <b><u>266</u></b> | <b><u>230</u></b> |

**10 Ativos e passivos fiscais diferidos**

Impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

|                             | <u>Ativos</u>       |                     |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|
|                             | <b>2025</b>         | <b>2024</b>         |
| Provisões                   | 10                  | 10                  |
| Prejuízo fiscal a compensar | <u>1.379</u>        | <u>1.596</u>        |
| <b>Total</b>                | <b><u>1.389</u></b> | <b><u>1.606</u></b> |

Movimentação durante o exercício:

|                             | <b>2023</b>         | <b>Reconhecido<br/>no resultado</b> | <b>2024</b>         | <b>Reconhecido<br/>no resultado</b> | <b>2025</b>         |
|-----------------------------|---------------------|-------------------------------------|---------------------|-------------------------------------|---------------------|
| Provisões                   | 47                  | (37)                                | 10                  | -                                   | 10                  |
| Prejuízo fiscal a compensar | <u>1.991</u>        | <u>(395)</u>                        | <u>1.596</u>        | <u>(217)</u>                        | <u>1.379</u>        |
| <b>Total</b>                | <b><u>2.038</u></b> | <b><u>(432)</u></b>                 | <b><u>1.606</u></b> | <b><u>(217)</u></b>                 | <b><u>1.389</u></b> |

Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos, uma vez que a administração analisou suas estimativas de resultados futuros e considerou provável que os lucros tributáveis futuros estariam disponíveis, podendo ser utilizados contra tais despesas.

**11 Outras contas a pagar**

|                | <b>2025</b> | <b>2024</b> |
|----------------|-------------|-------------|
| Fretes a pagar | 282         | 1.290       |

## 12 Instrumentos financeiros

### 12.1 Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

A classificação depende da finalidade para a qual os financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial.

#### Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

|                                       | Valor contábil |               | Valor justo   |               |
|---------------------------------------|----------------|---------------|---------------|---------------|
|                                       | 2025           | 2024          | 2025          | 2024          |
| <b>Ativos</b>                         |                |               |               |               |
| <b>Custo amortizado</b>               |                |               |               |               |
| Banco – conta movimento (nota 6)      | 500            | 90            | 500           | 90            |
| Aplicações financeiras (nota 6 e 7)   | 8.773          | 8.173         | 8.773         | 8.173         |
| Contas a receber de clientes (nota 8) | 1.840          | 3.282         | 1.840         | 3.282         |
| Outras contas a receber               | 93             | 11            | 93            | 11            |
|                                       | <u>11.206</u>  | <u>11.556</u> | <u>11.206</u> | <u>11.556</u> |
| <b>Passivos</b>                       |                |               |               |               |
| <b>Custo amortizado</b>               |                |               |               |               |
| Fornecedores                          | 2              | 2             | 2             | 2             |
| Dividendos a pagar                    | 339            | 630           | 339           | 630           |
| Outras contas a pagar                 | 282            | 1.290         | 282           | 1.290         |
|                                       | <u>623</u>     | <u>1.922</u>  | <u>623</u>    | <u>1.922</u>  |

Não há instrumento financeiro mensurado ao valor justo após o reconhecimento inicial.

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

### 12.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados, visando a mitigá-los.

Atualmente, a política de gerenciamento de risco adota as seguintes premissas: todos os riscos classificados como “prioritários” são identificados, analisados e monitorados; limites de uso de capital são aprovados pela Diretoria; e todas as exposições são reportadas e mensuradas com frequência apropriada.

#### 12.2.1 Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o saldo devedor dos clientes.

As análises possuem validade de até um ano e são compostas, basicamente, por três parâmetros:

- (i) Análise quantitativa, contendo avaliação criteriosa dos índices econômico-financeiro relativos a endividamento, liquidez, rentabilidade e ciclos operacionais, entre outros, relativos a balanços patrimoniais dos últimos três exercícios fiscais;

- (ii) Análise qualitativa, que deve conter a estrutura societária, consultas aos órgãos fiscais, Sintegra, Receita Federal e empresa contratada que oferece diversas soluções para Consulta de Crédito, relatório de visita técnica, representatividade do cliente no setor em que atua, tempo de atuação no mercado, referências comerciais, relação dos principais fornecedores, relação dos bens da empresa e/ou dos sócios; e
- (iii) Análise de garantias, examinadas pelas áreas Financeira e Jurídica e solicitadas sob o critério da discricionariedade de sua administração.

**Exposição a riscos de crédito**

A exposição máxima do risco do crédito está substancialmente concentrada nos instrumentos financeiros abaixo:

|                                       | <b>2025</b>   | <b>2024</b>   |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Banco – conta movimento (nota 6)      | 500           | 90            |
| Aplicações financeiras (nota 6 e 7)   | 8.773         | 8.173         |
| Contas a receber de clientes (nota 8) | 1.840         | 3.282         |
| Outras contas a receber               | 93            | 11            |
|                                       | <b>11.206</b> | <b>11.556</b> |

**Perdas por redução no valor recuperável**

A Companhia possui saldos referentes ao contas a receber de clientes para a avaliação de perdas esperadas, o qual é aplicada a metodologia simplificada através de uma matriz de provisão aglutinado o contas a receber por características comuns dos clientes, como o “aging list” e rating de crédito, permitindo a análise do comportamento dessas características, combinada com valores.

Os vencimentos das contas a receber de clientes são:

|                   | <b>2025</b>  | <b>2024</b>  |
|-------------------|--------------|--------------|
| <b>A vencer</b>   | 1.840        | 3.291        |
| <b>Vencidos:</b>  |              |              |
| Há 0 e 30 dias    | 9            | -            |
| Acima de 120 dias | 20           | 21           |
| (-) PCLD          | (29)         | (30)         |
|                   | -            | (9)          |
|                   | <b>1.840</b> | <b>3.282</b> |

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas:

|                           | <b>2025</b> | <b>2024</b> |
|---------------------------|-------------|-------------|
| Saldo anterior            | (30)        | (137)       |
| Estorno/ recebimento      | 1           | 108         |
| Constituição do exercício | -           | (1)         |
|                           | (29)        | (30)        |

**12.2.2 Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

### 12.2.3 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando a mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando, assim, a eficácia de custos, evitando procedimentos de controle que não são eficazes.

### 13 Partes relacionadas

|  | 2025 | 2024 |
|--|------|------|
| <b>Passivo circulante</b>                  |      |      |
| <b>Dividendos a pagar</b>                  |      |      |
| Companhia Auxiliar de Armazéns Gerais S.A. | 339  | 630  |

A remuneração da Administração é divulgada nas Demonstrações Financeiras da Controladora Copersucar S.A.

### 14 Patrimônio líquido

O Capital social da Companhia é de R\$ 7.650 em 31 de março de 2025 e 2024, representado por 93.300 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

#### Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de dividendo limitado a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

#### Proposta de destinação do resultado do exercício:

|   | 2025         | 2024         |
|---|--------------|--------------|
| <b>Lucro líquido do exercício</b>   | <b>1.427</b> | <b>2.648</b> |
| - Reserva legal   | (72)         | (131)        |
| <b>Lucro a distribuir</b>   | <b>1.355</b> | <b>2.517</b> |
| - Dividendos mínimos obrigatórios (25%)                                   | 339          | 630          |
| - Proposta de destinação para reserva de lucros - a ser aprovada pela AGO | 1.017        | 1.887        |

### 15 Receitas líquidas

#### Fluxos da receita

A Companhia gera receita principalmente pela prestação de serviço de transporte de produtos.

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

**Sugar Express Transportes S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de março de 2025

|   | <b>2025</b>         | <b>2024</b>           |
|---|---------------------|-----------------------|
| Receita bruta de prestação de serviços  | 11.770              | 19.004                |
| <b>Menos:</b>   |                     |                       |
| Impostos sobre serviços   | <u>(2.583)</u>      | <u>(3.369)</u>        |
|   | <b><u>9.187</u></b> | <b><u>15.635</u></b>  |
| <b>16 Custos dos serviços prestados</b>   |                     |                       |
| Os custos da Companhia são compostos por operações de subcontratação de fretes. Em 31 de março de 2025 o custo foi de R\$ 7.749 (R\$ 12.634 em 31 de março de 2024).                      |                     |                       |
| <b>17 Outras receitas operacionais</b>  |                     |                       |
| Em 31 de março de 2024 refere-se a reversão de recebível anteriormente baixado como perda.  |                     |                       |
| <b>18 Resultado financeiro líquido</b>  |                     |                       |
|   | <b>2025</b>         | <b>2024</b>           |
| <b>Receitas financeiras</b>   |                     |                       |
| Rendimentos com aplicações financeiras  | 847                 | 824                   |
| Juros ativos  | <u>6</u>            | <u>-</u>              |
|   | <b><u>853</u></b>   | <b><u>824</u></b>     |
| <b>Despesas financeiras</b>   |                     |                       |
| Outras despesas financeiras   | <b>(6)</b>          | <b>(1)</b>            |
| <b>Resultado financeiro líquido</b>   | <b><u>847</u></b>   | <b><u>823</u></b>     |
| <b>19 Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>  |                     |                       |
| A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue: |                     |                       |
|   | <b>2025</b>         | <b>2024</b>           |
| Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social   | 2.126               | 3.978                 |
| Alíquota fiscal combinada   | <u>34%</u>          | <u>34%</u>            |
| Imposto de renda e contribuição social:   |                     |                       |
| Pela alíquota fiscal combinada  | <u>(723)</u>        | <u>(1.353)</u>        |
| <b>Adições / exclusões permanentes:</b>   |                     |                       |
| Adições permanentes   | (1)                 | (1)                   |
| Alíquota adicional 10%  | 24                  | 24                    |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício  | (699)               | (1.330)               |
| <b>Alíquota efetiva</b>   | <b>33%</b>          | <b>33%</b>            |
| <b>Impostos correntes</b>   | (482)               | (898)                 |
| <b>Impostos diferidos</b>   | (217)               | (432)                 |
| <b>Total</b>  | <b><u>(699)</u></b> | <b><u>(1.330)</u></b> |

\*\*\*

Tomás Caetano Manzano  
Diretor Presidente

Julio Alvarez Boada  
Diretor

Lara Nascimento Bacellar  
Diretora

Rodrigo da Silva Lima  
Diretor

Thiago Fontoura Struminski  
Diretor

**Contadora responsável**  
Vanessa Siqueira Samejima  
CRC 1SP 238.292/O-0